

CADERNO
EXPLICATIVO DAS CONDIÇÕES
PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE
PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM
“ESTÁDIO DE FUTEBOL” EM PARCELA DE
TERRENO MUNICIPAL SITA EM ÉVORA

[Handwritten signature]

EDITAL DE 26/01/2022

DO CONCURSO PÚBLICO PARA CEDÊNCIA DE PARCELA EM TERRENO MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Lei habilitante

As presentes condições são elaboradas de acordo com as disposições legais constantes da alínea b) do n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que reconhece aos municípios autonomia financeira que assenta no poder dos seus órgãos gerirem o seu próprio património, conjugada com a disposição do artigo 25.º, n.º 1, alínea i) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, redação atual, que confere à Assembleia Municipal a competência para autorizar a Câmara Municipal a onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG e fixar as respetivas condições gerais.

Cláusula 2.^a

Objeto e Identificação

1. Constitui objeto do presente concurso a cedência, em direito de superfície gratuito, de uma parcela de terreno para a construção de um Estádio de Futebol e subsequente exploração, pelo período que durar a utilização como Estádio de Futebol.
2. A parcela de terreno, delimitada em planta anexa, com área de **20.998,00 m²**, confronta a Norte, Nascente, Sul e Poente com propriedade municipal sita na União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras, e é parte do prédio urbano sito na Herdade do Alcaide, descrito na Conservatória do Registo Predial de Évora sob o n.º 970 da freguesia da Horta das Figueiras (extinta) e lá registada a favor do Município pela Apresentação n.º 13 de 16/01/2008, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 461 da União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras.

C. Silva

Cláusula 3.^a

Modo de cedência

1. A cedência do terreno configurará a figura jurídica de constituição de direito de superfície gratuito sobre a área de **20.998,00 m²**, indicados na planta anexa, que inclui o direito de construção, manutenção e exploração de um Estádio de Futebol pelo período que durar a utilização como Estádio de Futebol.
2. No direito de superfície, a propriedade da parcela pertencer ao Município de Évora, não podendo o superficiário onerar a mesma de qualquer forma.

Cláusula 4.^a

Obrigações do superficiário

1. O superficiário obriga-se a:
 - a) Entrega do estudo prévio previsto na Cláusula 8.^a aquando da apresentação da proposta;
 - b) Não utilizar o prédio para fim diverso do convencionado ou autorizado;
 - c) Dar início à operação urbanística de licenciamento (apresentado os projetos nos serviços municipais) no prazo de 90 (*noventa dias*) a contar da data da notificação ao concorrente da deliberação de adjudicação;
 - d) Iniciar a construção no prazo previsto na licença de construção e concluí-la de acordo com os prazos aprovados;
 - e) Executar todas as infraestruturas que irão servir o Estádio de Futebol, nomeadamente os acessos, vias de ligação e estacionamento (vide planta em anexo);
 - f) Exercer sem interrupção a atividade de exploração do Estádio de Futebol;
 - g) Manter o terreno, bem como a obra em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar por sua conta e risco, todas as reparações necessárias nas construções e instalações objeto do direito de superfície;
 - h) Respeitar os condicionamentos técnicos para a zona;
 - i) Efetuar um seguro de obra contra incêndio e explosão pelo valor do custo, bem como um seguro que cubra a responsabilidade civil por atos integrados nas atividades a que o direito de superfície se destina;
 - j) Consentir a fiscalização do cumprimento das obrigações legais e contratuais pela Câmara Municipal de Évora, permitindo aos agentes desta acesso a eventuais obras de reconstrução e instalações depois de devidamente notificado para o efeito;
 - k) Respeitar e cumprir integralmente as regras definidas nos vários instrumentos reguladores de atividade da superfície e da infraestrutura em questão;
 - l) Disponibilizar uma bolsa de 212 horas anual para iniciativas, eventos ou projetos da Autarquia, enquadrável num futuro contrato programa;

2. O não cumprimento pelo superficiário dos procedimentos ou obrigações previstos no presente caderno de encargos, implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel revertendo, para o Município de Évora, o terreno livre de ónus e encargos e todas as edificações ou benfeitorias nele existentes sem direito a qualquer indemnização, salvo se o incumprimento decorrer de causas naturais ou de força maior alheias à vontade do superficiário.

Cláusula 5.^a

Condições contratuais

1. O direito de superfície será constituído gratuitamente pelo período que durar a utilização como Estádio de Futebol.
2. O superficiário fica obrigado a construir e manter a exploração de um Estádio de Futebol.
3. Findo o direito de superfície, por qualquer causa, a parcela de terreno volta à posse do Município sendo o superficiário indemnizado pela construção que nele erigiu nos termos das regras gerais do Código Civil.
4. Todos os encargos legais e despesas decorrentes da constituição do direito são da responsabilidade do superficiário.
5. A transmissão do direito de superfície carece de consentimento da Câmara Municipal de Évora, sob pena de ineficácia.
6. Nas omissões que se verifiquem no contrato de constituição de direito de superfície serão aplicáveis as disposições pertinentes do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes.

Cláusula 6.^a

Contrato

1. O contrato de constituição do direito de superfície é celebrado por escritura, após a aprovação, pela Câmara Municipal de Évora, dos projetos de construção.
2. O Município reserva-se o direito de não constituir o direito de superfície caso a operação urbanística não seja aprovada ou o adquirente não efetue as correções necessárias para essa aprovação.
3. A aprovação da operação urbanística (projeto) é condição de eficácia da decisão de cedência.
4. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
5. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos

concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela

Câmara Municipal;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta do concorrente;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta do concorrente.

6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

7. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 6 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos e aceites pelo concorrente.

Cláusula 7.^a

Destino do imóvel

A parcela de terreno tem como destino exclusivo a construção de um Estádio de Futebol e a sua posterior exploração.

Cláusula 8.^a

Estudo Prévio

O concorrente deverá apresentar, com a sua proposta, um Estudo Prévio que cumpra as condições urbanísticas e legislativas desportivas adiante enunciadas.

Cláusula 9.^a

Condições Urbanísticas

1. A parcela de terreno possui a área de 20.998,00 m², ocupando a área destinada a campo de jogos, bancadas, balneários, casas de banho públicas e edifícios de apoio às actividades desportivas, 12.000,00 m².

2. A solução urbanística geral, que inclui a definição do edifício e dos espaços públicos de utilização coletiva, nomeadamente: a implantação, o n.º de pisos, a volumetria e os usos, deverá:

a) Considerar o necessário enquadramento na área envolvente à zona E67 e ter em

C. M. Évora

consideração o desenho urbano definido para o local (vide estudo para o Parque Desportivo Municipal, em anexo);

b) Integrar-se harmoniosamente no terreno, tirando partido da sua topografia, tendo em conta que não poderão ser inviabilizadas as valências previstas para a restante área do Parque Desportivo Municipal;

c) Salvar a tomada de vistas de e para o Centro Histórico;

3. O Estádio de Futebol deverá cumprir o disposto na legislação em vigor, nomeadamente o Regime Jurídico das Instalações Desportivas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho), o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios (aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 10/2001, de 7 de Junho), o Regime jurídico da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro).

4. Deverá possuir uma lotação igual ou superior a 5000 e inferior a 15000 espectadores (Classe C), admitindo-se contudo que a capacidade do Estádio seja faseada, não podendo no entanto, na primeira fase, ser inferior a 3000 espectadores.

5. Nesse sentido, o projecto deverá prever, desde logo, áreas para a ampliação das tribunas, e do estacionamento cumprindo todas as orientações regulamentares.

6. O Estádio deverá ser dotado dos seguintes espaços:

a) vestiários / balneários, para ambos os sexos, destinados aos praticantes desportivos, em número não inferior a 4 unidades, duas das quais deverão reunir condições para utilização por pessoas com mobilidade condicionada, nos termos da legislação aplicável;

b) um vestiário / balneário para cada sexo destinado aos árbitros e juízes;

c) um local para apoio médico e prestação de primeiros socorros;

d) um local para os serviços de controlo antidopagem;

e) sala destinada ao aquecimento, integrando área para musculação;

f) dois gabinetes para treinadores;

g) um local para prestação de primeiros socorros de apoio ao público

h) locais para a comunicação social na bancada principal, 1 sala de conferência de imprensa, dois espaços destinados aos serviços administrativos e de apoio à condução das actividades desenvolvidas no recinto,

7. As alterações a adotar nas redes de Infraestruturas públicas, indispensáveis à satisfação das necessidades geradas pelo Estádio de Futebol, deverão atender aos seguintes pressupostos:

a) Acautelar o acesso automóvel / pedonal confortável e seguro aos utentes do equipamento;

b) Garantir o acesso permanente dos serviços municipais às redes públicas de infraestruturas;

c) Assegurar que o escoamento das redes públicas de esgotos domésticos e pluviais será

1.1.1.

efectuado apenas por gravidade;

d) Assegurar soluções que não agravem nem onerem o normal processo de gestão e conservação.

8. Deverá ser efectuado estudo da rede viária e estacionamento, com suporte em estudos de tráfego a elaborar para o efeito, contemplando as projeções de trânsito e os fluxos de tráfego que vierem a ser gerados pelo Estádio de Futebol a edificar. Este estudo, a apresentar até à entrega do estudo prévio previsto na cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos, deverá integrar as necessidades de estacionamento público ou privado de acordo com PUE em vigor.

9. No caso da operação urbanística constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incombustível para as infraestruturas ou serviços gerais existentes ou implicar, para o município, a construção ou manutenção de equipamentos, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente quanto a arruamentos e redes de abastecimento de água, de energia eléctrica ou de saneamento, o pedido de licenciamento só poderá ser deferido desde que o promotor se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos, devendo, neste caso, antes da emissão do alvará, celebrar com a câmara municipal contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas e prestar caução adequada, beneficiando de redução proporcional ou isenção das taxas por realização de infraestruturas urbanísticas.

10. A aprovação e homologação do equipamento pelas entidades competentes será da responsabilidade do superficiário que cuidará de garantir que as infraestruturas ficam habilitadas para as respetivas práticas e eventos a que se destinam.

Cláusula 10.^a

Encargos do superficiário

1. Serão encargos do superficiário:

a) Todas as obras que se vierem a revelar necessárias executar para garantir o bom funcionamento do Estádio de Futebol, nomeadamente o acesso automóvel ao CM 1094 (Estrada de Almeirim), a alameda pedonal a construir a Nascente e todas as áreas descobertas a afectar ao Estádio de Futebol;

b) Cedência do estádio ao Município salvaguardando as contrapartidas de interesse público:

2. O Município terá contrapartidas de interesse público de utilização dos equipamentos do Estádio (através do uso de recursos materiais e logísticos do superficiário) para a realização de eventos, iniciativas e atividades de interesse municipal.

2.1 As utilizações acima referidas serão contabilizadas no valor da bolsa de horas a disponibilizar ao Município pelo superficiário.

3. A cedência vincula-se às contrapartidas de interesse público específicas durante todo o tempo em que durar o direito de superfície.
4. Bolsa de horas anual a que a Autarquia terá direito: 212 horas, enquadrável em futuro contrato programa
- 4.1 A cedência referida neste ponto destina-se a atividades desportivas, sendo definidas em calendário apresentado pelo Município, até ao dia 30 de Junho de cada ano, sujeito a aprovação do superficiário.
- 4.2 A cedência destinada a atividades pontuais terão que ser comunicadas ao superficiário, num prazo mínimo de 15 dias, antes da sua concretização.
5. O superficiário fica obrigado a manter a parcela de terreno, bem como a obra, em perfeito estado de conservação, limpeza e salubridade.

Cláusula 11.^a

Resolução do direito de superfície

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Évora pode resolver o contrato, no caso de o superficiário violar qualquer das obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, salvo as motivadas por causas naturais ou motivos de força maior alheias à ação do superficiário.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao superficiário.

Cláusula 12.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 13.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Handwritten signature in blue ink.

Cláusula 14.^a

Contagem dos prazos

Os prazos contam-se nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 15.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Anexos:

1. Extrato da Planta de Zonamento e da Planta de Condicionantes do PU em vigor;
2. Planta com delimitação da parcela de terreno a ceder.

Constituição do direito de superfície para construção e exploração de um Estádio de Futebol em parcela de terreno municipal, sita em Évora

Lançamento do concurso público para cedência de parcela de terreno

PROGRAMA DE CONCURSO

1. Objeto do concurso

1.1 O presente concurso tem por objeto a cedência de uma parcela de terreno em direito de superfície, delimitada em planta anexa, com a área de **20.998,00 m²**, para construção de um Estádio de Futebol e subsequente exploração.

1.2 A parcela de terreno será cedida em direito de superfície gratuito, pelo período que durar a utilização como Estádio de Futebol.

2. Entidade cedente

A entidade cedente é o Município de Évora, sito em Praça do Sertório, 7004-506 Évora, endereço de correio eletrónico cmevora@cm-evora.pt, endereço eletrónico www.cm-evora.pt, telefone n.º 266 777 000, Fax n.º 266 777 160.

3. Órgão que tomou a decisão de cedência

A decisão de cedência foi tomada pela Câmara Municipal de Évora, na sua reunião de 24/11/2021, e pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 28/12/2021.

4. Consulta e fornecimento do processo de concurso

4.1 O processo de concurso pode ser consultado, todos os dias úteis, na Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana do Município de Évora, sita na Parque Industrial e Tecnológico de Évora, Rua da Agricultura, n.º 14-26, em Évora, durante as horas normais de expediente (9:00-12:30H/14:00-16:00H), desde a data do início do concurso, até ao dia em que terminar o prazo para apresentação das propostas.

4.2 As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas em Edital, a afixar nos lugares de estilo do Município e da sede da freguesia onde se localiza o terreno, e no sítio do Município, endereço eletrónico www.cm-evora.pt,

5. Esclarecimentos

5.1 Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2 Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo júri do concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.3 A Câmara Municipal pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso nos termos e no prazo previstos no número anterior.

5.4 Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados no sítio do Município, endereço eletrónico www.cm-evora.pt e juntos às peças do concurso que se encontrem patentes para consulta.

5.5 Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. Erros e omissões do caderno de encargos

6.1 Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à Câmara Municipal uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

6.2 Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

6.3 A apresentação da lista referida no n.º 1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

6.4 A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pela Câmara Municipal por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

6.5 As listas com a identificação dos erros e das omissões detetadas pelos interessados devem ser disponibilizadas no sítio do Município, endereço eletrónico www.cm-evora.pt e juntos às peças do concurso que se encontrem patentes para consulta.

6.6 Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao termo do período de suspensão daquele prazo, a Câmara Municipal deve pronunciar -se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando -se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6.7 A Câmara Municipal deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

6.8 A decisão prevista no número anterior é publicitada no sítio do Município, endereço eletrónico www.cm-evora.pt e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

7. Júri do concurso

7.1 O concurso é conduzido por um júri, constituído por 5 (cinco) membros designados pela Câmara Municipal de Évora, sendo 3 (três) deles efetivos e 2 (dois) suplentes.

7.2 O júri poderá recorrer a assessoria de técnicos das várias especialidades da Câmara Municipal.

7.3 Compete ao júri exercer as competências legalmente previstas, incluindo:

- a) Proceder à apreciação das propostas;

b) Elaborar os relatórios de análise das propostas.

7.4 Cabe ainda ao júri exercer a competência que lhe seja delegada pela Câmara Municipal, não lhe podendo esta, porém, delegar a competência para a decisão de adjudicação.

7.5 O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das mesmas.

8. Modo de apresentação de proposta e dos demais documentos

8.1 A entrega de propostas para o presente concurso deverá ser efetuada por carta fechada na Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana do Município de Évora, sita na Parque Industrial e Tecnológico de Évora, Rua da Agricultura, n.º 14-26, em Évora.

8.2 Caso a proposta seja remetida por correio, deve ser apresentada em dois envelopes, sendo o interior fechado e com a indicação da palavra “proposta” seguida do título do presente concurso.

9. Conteúdo da proposta e seus documentos

A proposta será instruída com os seguintes documentos, que se consideram obrigatórios:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa de concurso, assinada pelo concorrente ou por quem tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

b) Documentos dos quais constem os atributos da proposta, nomeadamente:

I. Proposta inequívoca do direito de superfície que pretenda constituir;

II. Estudo Prévio elucidativo da solução urbanística e arquitetónica preconizada para a parcela de terreno em causa, esclarecedor das principais linhas conceptuais, com especial incidência nas respostas relativas ao cumprimento das condições urbanísticas da cláusula 9.ª do Caderno de Encargos, constituído pelos seguintes elementos:

a) Memória descritiva e justificativa;

b) Elementos gráficos elucidativos, sob a forma de plantas, alçados, cortes, perfis, esquemas de princípio, perspectivas e outros elementos, em escala apropriada;

c) Dimensionamento aproximado e características principais dos elementos fundamentais da obra;

d) Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e equipamentos mais significativos;

e) Estimativa do custo da obra e do seu prazo de execução.

III. Proposta de plano para a utilização

Mapa de utilização regular a disponibilizar à Autarquia igual ou superior a 4h/semanais x 40 semanas a que acrescerá um mínimo de 52 horas/anuais para eventos pontuais.

1.1.1

10. Prazo para apresentação da proposta

10.1 As propostas deverão ser apresentadas até às 16h00m do 30º dia, a contar da data da publicação do Edital.

10.2 Em caso de desconformidade de datas de publicação, o prazo começa a contar a partir da última das publicações.

10.3 As propostas que sejam remetidas por correio devem também ser recebidas no Município até à hora e dia referidos em 10.1.

11. Critério de escolha

A decisão de cedência e a escolha do concorrente será tomada segundo os seguintes critérios:

A escolha incidirá sobre a proposta do candidato, entendendo-se esta como:

$$\text{Valor da Proposta} = A1 + A2 + B + C + D + E$$

A – Evidência de conhecimento da realidade desportiva da concelho manifestada pelo desenvolvimento comprovado de atividades regulares, e pela diversidade dessas práticas na área territorial do Município de Évora.

1. Anos de Práticas desportivas organizadas e enquadradas em estruturas federativas desportivas no concelho de Évora – Evidência de conhecimento da realidade desportiva local e da sua gestão.

Será atribuído 1 ponto por cada 5 anos, pontuação máxima - **20 pontos**

2. Diversidade das atividades / modalidades, inscritas em federação desportiva, desenvolvidas comprovadamente nos últimos 10 anos em pelo menos duas épocas desportivas – Evidência de conhecimento abrangente do fenómeno desportivo na generalidade com incidência na realidade do concelho

- Em modalidades de grandes campos de jogos (ex: futebol 11; futebol 9, futebol 7; Futebol Americano; Rugby, Hóquei em Campo, etc)

Será atribuído 5 pontos por cada Modalidade Escalão Sexo até ao máximo de - **40 pontos**

B – Evidência de Interesse Formativo em modalidades compatíveis com práticas em Campos de Grande Jogos nomeadamente futebol, futebol americano, rugby, Hóquei em Campo, ou outra)

Evidência de trabalho formativo manifestado em número de atletas nos escalões de formação, até ao escalão de Sub 19, nos últimos 5 anos, inscritos em Federação Desportiva de Modalidade

Atribuído 1 ponto por cada 100 atletas até máximo de 5000 atletas – **50 pontos**

C – Evidência de Experiência de Gestão de Equipamentos Desportivos, nomeadamente Estádios e/ou Campos de Grande Jogos, num período mínimo de 5 anos, comprovada por declaração Municipal ou Entidade Governamental.

Gestão comprovada num período entre 5 a 10 anos – **15 pontos**

Gestão comprovada num período entre 11 a 30 anos – **30 pontos**

Gestão comprovada num período superior a 31 anos – **50 pontos**

D- Evidência de Competência técnica manifestada por equipa/profissionais de gestão de

equipamentos desportivos revelada por relações contratuais com gestor de equipas desportivas; profissionais habilitados com licenciatura de gestão desportiva, outras formações na área da gestão

- *Comprova ter profissionais na área da gestão não reconhecidos pelo IPDJ - 10 pontos*

- *Comprova ter profissionais na área da gestão desportiva e*

Diretor Técnico de Instalações reconhecido pelo IPDJ - 20 pontos

E – Entidades com Estatuto de Utilidade Publica ou Utilidade Publica Desportiva - 20 pontos

	A - Conhecimento da Realidade do Concelho		B – Formação	C – Experiência	D – Equipa	E – Utilidade Publica
	A 1 - Anos de prática desportiva em federações	A2 Equipas de Modalidades Campos Grande Jogos praticadas nos últimos 10 anos Esc/Sexo	Formação em práticas de CGJ	Experiência gestão Equip. desportiva	Profissionais gestão equip. desportivos	Possuir Estatuto de Utilidade Pública
Máximo	20	40	50	50	20	20

12. Causas de exclusão

A proposta que não cumpra os elementos que constituem as condições urbanísticas será objecto de exclusão e tem-se como inexistente para todos os efeitos.

13. Abertura das propostas

A abertura de propostas ocorrerá em ato público, no dia útil seguinte à data limite para entrega das propostas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Praça do Sertório, em Évora, pelas 10h00.

14. Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes

14.1 O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

14.2 Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.

15. Relatório preliminar

15.1 Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.

15.2 No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas.

15.3 Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

Handwritten signature

16. Audiência prévia

16.1 Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a dez dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

16.2 Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às versões finais integrais das propostas apresentadas.

17. Relatório final

17.1 Cumprida a fase de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta.

17.2 No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

18. Notificação de cedência

18.1 A decisão de cedência é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

18.2 Juntamente com a notificação da decisão de cedência, a Câmara Municipal deve notificar o adquirente para apresentar os documentos de habilitação e os comprovativos da inexistência de dívidas à Segurança Social e às Finanças.

19. Legislação aplicável:

Em tudo o omissso no presente programa de procedimentos, rege a legislação aplicável.

Évora, 26 de 1 de 2022

O Presidente da Câmara
Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá

